

Guazzelli reage

Um expurgo no Conselho de Polícia gaúcho

Diante das câmaras de uma estação de televisão de Porto Alegre, na noite da última segunda-feira, o governador Synval Guazzelli foi franco: "Algumas coisas não ocorreram como eu esperava e desejava... Algumas coisas não me agradaram...". Claro, ele se referia às investigações feitas até agora para apurar as responsabilidades pelo seqüestro de quatro exilados uruguaios — Lilian Celiberti Rosas de Casariego, seus filhos Camilo e Francesca e Universindo Rodríguez Díaz — ocorrido no último dia 17 de novembro na capital gaúcha. Naquele momento, mais do que um desabafo, essa observação significava que a Guazzelli só restara como opção intervir diretamente no assunto.

De fato, já na manhã daquele mesmo dia, o governador comunicara confidencialmente ao secretário de Segurança, coronel Rubem Moura Jardim, sua decisão de promover um expurgo no Conselho Superior de Polícia (CSP) — justamente o órgão encarregado, há um mês, de decidir se os principais suspeitos do seqüestro, os policiais Pedro Seelig e Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", deveriam ser afastados de seus cargos e processados. Em lugar de resolver a questão, o Conselho emudeceu, enquanto a Secretaria de Segurança informava sucessivamente que o relator designado para o caso, Renato Maciel de Sá Júnior, tomava "sérias providências". Na verdade, como se descobriu há duas semanas, o advogado Sá Júnior simplesmente estava de férias — e jamais vira o processo.

"DÁ PARA AGÜENTAR" — Assim, valendo-se da competência para alterar o Conselho de Polícia, Guazzelli reduziu sua composição de nove para sete membros e substituiu dois deles — ambos policiais — por um promotor do Ministério Público Estadual, Rui Rosado de Aguiar Júnior, e um consultor geral do Estado, Ivanildo João Bortolan. Além disso, mandou demitir o assessor de Relações Públicas da Secretaria de Segurança, Sílvio Alfonsin, responsável pelas mentiras a respeito do trabalho de Sá Júnior.

A intervenção, evidentemente, não agradou aos círculos policiais, que tiveram sua influência drasticamente redu-



Guazzelli: intervenção direta

zida no Conselho. Houve mesmo um princípio de atrito, refletido na conversa rude que tiveram na manhã de terça-feira o próprio Guazzelli e o delegado Leônidas da Silva Reis, superintendente dos Serviços Policiais e membro nato do CSP. O diálogo, segundo apurou VEJA, passou pelo seguinte momento:

- Este Conselho não pune ninguém, delegado — disse Guazzelli.
- Pune, sim, governador — respondeu-lhe Reis. — Neste ano, ele já opinou pela punição de 62 policiais e V. Excia. ainda não despachou os processos.
- Eu vou intervir no Conselho.
- Por que no Conselho, se ele não teve até agora nenhuma participação no problema?
- É, mas eu vou intervir.
- Então, governador, diante disso eu me exonero do cargo.
- Não, delegado. Nós ficamos até agora, dá para agüentar mais um mês.

"UM LIBELO" — Guazzelli interveio e Reis, demissionário, convenceu-se de que dava para agüentar. Foi neste clima que o CSP realizou sua reunião na última quarta-feira, quando os expurgados se retiraram e o relator Sá Júnior tomou

O Conselho reunido: fazer agora o que não foi feito há 90 dias



as primeiras providências objetivas, pedindo a realização de catorze novas diligências não realizadas até agora pela polícia. O pedido, segundo o relator da OAB, Nereu Lima, é um "libelo acusatório contra as autoridades que realizaram a sindicância".

Realmente, Sá Júnior pediu algumas providências óbvias, que deveriam ter sido tomadas logo após a constatação do desaparecimento dos uruguaios. Por exemplo: o imediato levantamento das impressões digitais no apartamento onde moravam os exilados, "se possível e ainda eficiente" três meses depois do incidente; a relação completa de todos os automóveis Passat cor creme-escuro vendidos pelos revendedores de Porto Alegre, com seus proprietários atuais e antigos, e que correspondam ao carro visto pelos jornalistas Luís Cláudio Cunha e J. B. Scalco, testemunhas do seqüestro; e o reconhecimento de "todos os funcionários lotados ou a serviço do DOPS gaúcho, de agosto a novembro de 1978", pelas duas testemunhas.

Além disso, Sá Júnior pediu a relação completa de passageiros que transitaram pelo aeroporto de Porto Alegre, em direção a São Paulo, entre os dias 17 e 25 passados, e um novo depoimento do delegado Pedro Seelig. Isso significa que o relator não se convenceu com as explicações dadas pela polícia a respeito de uma viagem que Seelig fez a São Paulo — a serviço, informou a polícia gaúcha — no dia 21 daquele mês, data aproximada em que teria ocorrido o incidente durante o embarque com policiais uruguaios armados.

Na área judicial, o caso também progrediu com parecer do procurador-substituto da República, Amir Sarti, entregue à 3.ª Vara da Justiça Federal, ainda na segunda-feira passada. Segundo ele, está concretamente apurada a presença de "Didi Pedalada" no apartamento de Lilian no dia 17 de novembro.